

REFLEXÕES SOBRE MEIO AMBIENTE, DIREITOS HUMANOS E DEMOGRAFIA AMBIENTAL

REFLECTIONS ON ENVIRONMENT, HUMAN RIGHTS AND ENVIRONMENTAL DEMOGRAPHY

Gilson Luiz Rodrigues Souza¹

Tiago Mendes de Oliveira²

RESUMO:

O presente ensaio discute a relação entre três áreas, *a priori*, sem conexão: ecologia, direitos humanos e demografia. Não pretende esgotar o assunto, mas fomentar novas discussões e estudos. Um ambiente equilibrado é direito de todos. Todavia, o crescimento da população e, conseqüentemente, da produção, coloca em xeque a natureza, tão necessária à sobrevivência da própria espécie humana.

PALAVRAS-CHAVE: População; Direito; Ambientalismo; Mudança de Paradigmas.

ABSTRACT:

This essay discusses the relationship between three areas, *a priori*, without connection: ecology, human rights and demography. Not intended exhaust the subject, but to foster new discussions and studies. A balanced environment is everyone's right. However, population growth and, consequently, production growth, endangers the nature, so necessary to the survival of the human species itself.

KEYWORDS: Population; Law; Environmentalism; Paradigm Change.

¹ Mestre em Turismo e Meio Ambiente pelo Centro Universitário UNA. Mestrado interrompido em Educação pela Universidade de Itaúna. Especialização em Gestão de Pessoas e Gerenciamento Empresarial e em Gestão Educacional: Coordenação, Supervisão e Direção pelo Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Especialização em Teoria e Método em História Moderna e do Brasil pelo Centro Universitário de Belo Horizonte. Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal de Uberlândia. Licenciatura em História pelo Centro Universitário Newton Paiva e em Pedagogia pela Universidade de Uberaba. Técnico em Eletrônica pelo Colégio Padre Eustáquio. Professor Universitário do Centro de Ensino Superior de São Gotardo desde 2006, atuando nos cursos de Pedagogia, Administração e Engenharia de Produção e Especialização em Psicopedagogia e Gestão Educacional. Coordenador do Departamento de Estágio Supervisionado desde 2006. Professor da Educação Básica desde 1995, atuando nas disciplinas de História e Geografia. Experiência com Gestão e Telecomunicações. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8435741689596078>.

² Especialista em Formação Pedagógica para a Educação à Distância pela Escola Superior Aberta do Brasil; licenciado em Pedagogia pelo Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador de Projetos e Extensão e Coordenador de Gestão da Qualidade do Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Editor da Revista Brasileira de Educação e Cultura e da Revista Brasileira de Gestão e Engenharia. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1429155121636329>.

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VI Jul-dez 2012 | Trabalho 05 Páginas 83-86 |
| http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia | periodicoscesg@gmail.com | |

O cenário brasileiro atravessa um momento de turbulência no que diz respeito à política florestal e ambiental, sobretudo, com a tentativa de conciliar diversos interesses, de ambientalistas a latifundiários.

A mudança de paradigmas, associada aos diversos movimentos vigentes, tem demonstrado considerável despreparo para uma reorganização. No entanto, esta é necessária, pois palavras “jogadas ao vento” não são suficientes.

Neste diapasão, ações efetivas visando melhorar a relação do ser humano com o planeta, e assim, preservar os ecossistemas, não são apenas desejo, mas necessidade vital.

Tradicionalmente, tem-se justificado a degradação através da proposição elaborada por Malthus (1983), segundo a qual a população cresce geometricamente e a produção aritmeticamente, o que levaria, inevitavelmente, à fome. Todavia, formas mais racionais de produção reduzirão os desperdícios, ao mesmo que tempo que preservarão o planeta para que continue produzindo, ou seja, um modo de produção sustentável.

Para Antonio Donato Nobre (2011, p. 115):

A agricultura de precisão, última palavra na aplicação de geotecnologias na otimização do uso de insumos no campo, tem demonstrado como a racionalização espacial dos cultivos, que respeita os potenciais e as fragilidades dos solos, pode ao mesmo tempo reduzir custos e impactos ambientais, aumentando, conseqüentemente, o rendimento e a lucratividade das culturas.

Desta forma, ao se discutir a atividade produtiva no país, há de se verificar também o reflexo do novo contexto mundial. À empresa ou organização não é reservado apenas o papel de cunho produtivo, mas também de pessoa jurídica com responsabilidades sociais e ambientais.

Os parâmetros capitalistas cedem espaço, ao menos parcialmente, para outras possibilidades, sobretudo, ligados à construção de uma sociedade cujo futuro seja mais promissor.

É importante salientar que a esta produção encontra-se associada a uma série de efeitos negativos que, por vontade própria ou por fatalidades relacionais, destroem o ambiente no qual nós estamos inseridos.

De acordo com ROBERT & SEGUIN (2000, p. 42):

O Meio Ambiente interfere e condiciona o ser humano, que vive dentro de uma teia de relações. Essas interações se processam em dois níveis: o da biosfera, e o da sociosfera. No Meio Ambiente Natural temos a prevalência dos condicionantes naturais. A sociosfera ou meio social, caracterizada pelos valores e normas ligadas ao grupo e ao tempo, com enfoque cultural. Por isto, tem-se o Meio Ambiente Natural, o Meio Ambiente Artificial e o Meio Ambiente Cultural.

Este universo interrelacional, no qual o ser humano vive e produz, precisa ser preservado, pois dele depende a vida, incluindo, alimentação, vestuário, água e ar, moradia.

A crescente demanda, com o aumento da população e da produção, impacta o meio. Por isto, é preciso discutir o crescimento populacional, também na perspectiva do planeta enquanto ecossistema.

Já está na hora de assumirmos uma demografia ambiental, que contribua de forma sistemática para a compreensão e construção de um mundo sustentável. Esse é um esforço coletivo para o futuro que agrega à reflexão ambiental um olhar propriamente demográfico... (HOGAN; MARANDOLA JR; OJIMA; p. 96)

Quando discorreu a respeito da evolução dos Direitos Humanos, Norberto Bobbio equiparou aqueles que visavam a proteção dos direitos e liberdade sóciopolíticos àqueles que tinham como objetivo proteger o meio ambiente. Ele afirma que:

[...] nos movimentos ecológicos, está emergindo quase que um direito da natureza a ser respeitada ou não explorada, onde as palavras 'respeito' e 'exploração' são exatamente as mesmas usadas tradicionalmente na definição e justificação dos direitos do homem. (BOBBIO, 1992, p. 69)

A sobrevivência do planeta e da espécie humana exige novos paradigmas, aproximando áreas do conhecimento e produzindo novas sínteses. Ao se relacionar a Demografia e os Direitos Humanos ao meio ambiente, cria-se novas possibilidades, sobretudo, para compreensão dos impactos que os grupos humanos tem sobre o meio e, finalmente, compreender que o direito à vida e a saúde do ser humano encontra forte fundamento nos direitos da própria natureza.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 10ª ed., 15ª tir.. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. População, ambiente e sustentabilidade: desafio à demografia ambiental. *Revista Brasileira de Estudos de População* [online]. São Paulo, Jan/Jun de 2011, vol. 28, n. 1, pp. 253-254. ISSN 0102-3098. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v28n1/a17v28n1.pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2012.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E.; OJIMA, R. *População e Ambiente: Desafios à Sustentabilidade*. São Paulo: Blucher, 2010. 105p. (Série Sustentabilidade, v. 1).

LOPEZ, Mario Hernán. Las Inquietantes Relaciones entre la Paz, el Ambiente y el Desarrollo. *Luna Azul* [online]. 2010, n. 31, pp. 6-7. ISSN 1909-2474. Disponível: <http://www.scielo.org.co/pdf/luaz/n31/n31a00.pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2012.

MALTHUS, T. R. *Ensaio sobre a População*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

NOBRE, Antonio Donato. É Possível uma Produtiva Convivência entre o Agronegócio e o Meio Ambiente. *Revista de Política Agrícola*. Brasília, Ano 1. Nº 1, fev. 1992. Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento.

ROBERT, Cinthia; SÉGUIN, Elida. *Direitos Humanos, Acesso à Justiça: Um Olhar da Defensoria Pública*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SILVA, Márcio Lopes da; CORDEIRO, Sidney Araújo; OLIVEIRA MOREIRA, Adriane Bernardo de; AZEVEDO MOREIRA, Adelson de. Impacto Econômico das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal na Produção de Carvão Vegetal. *Revista de Política Agrícola*. Brasília, Ano 1. Nº 3, set 2009. Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento.

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VI Jul-dez 2012 | Trabalho 05 Páginas 83-86 |
| http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia | periodicoscesg@gmail.com | |